

Sabre, silêncio e saudades – a propósito de *Pearl Harbor, Lisboa, Tóquio*Jorge Braga de Macedo<sup>1</sup>

Nos vários postos diplomáticos a oriente e a ocidente que ocupou ao longo de 37 anos, Morito Morishima (1896-1975) esteve sujeito à “prerrogativa imperial do comando supremo” - dita do sabre<sup>2</sup>. Demite-se do Ministério de Negócios Estrangeiros à partida de Lisboa mas só quebra o silêncio em plena Guerra Fria, publicando as suas memórias e vindo a cumprir três mandatos de deputado - além de secretário internacional do Partido Socialista<sup>3</sup>. Entusiasta da era Meiji, considera neste segundo volume que as “carências que se fazem sentir na diplomacia japonesa” são largamente resultantes do sabre, pelo que sugere uma política externa do futuro inspirada pelo pacifismo sueco e pela boa vizinhança com a América Central e do Sul usada por Roosevelt em 1933<sup>4</sup>.

Embora apreensivo com as tensões entre membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas quando vem a lume esta tradução parcial, não curei de saber se este pacifista irónico e tranquilo espiou para e/ou contra algum “império” (nipónico, português, soviético, chinês, americano, russo).

Acho que gostou de nós! Ao descrever a chegada ao novo posto, evoca a comunidade de Nagasaki, salientando que a proximidade cultural luso-nipónica foi além do comércio e da religião, porque assentou nas pessoas: “Como resultado dos intercâmbios proporcionados por este fluxo humano, ainda hoje mantemos uma herança linguística bem vívida ao utilizarmos palavras de origem portuguesa, que são mais de 3000, na língua japonesa”. Em 9 de Janeiro de 1946, no cais do adeus, comove-se com as despedidas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Embaixadas americana e britânica, “realmente excepcionais...atendendo à situação de derrota, e a quem foi ordenado que se retirasse do país”<sup>5</sup>.

Mais tarde, quando passavam quase 475 anos sobre a chegada dos *namban-jin*, Jorge Borges de Macedo (1921-96) datou de 1514 a primeira referência portuguesa ao Japão e afirmou duas certezas: “era impossível conquistá-lo ou dominá-lo” e “fomos sempre uma presença de paz: para além da diferença de culturas e até de sensibilidades, certo é que mostramos bem que os homens se podem encontrar e comungar da mesma humanidade, se o espírito for de solidariedade e de respeito mútuo. Mesmo no insucesso o mostrámos.”<sup>6</sup> Na mesma viagem comemorativa dos 450 anos, Alberto Vaz da Silva (1936-2015) evoca um jantar oferecido pelo consul-honorário de Portugal em Osaka, cujo avô tinha sido “um dos sete escolhidos pelo imperador Meiji para visitar o ocidente quando o Japão abriu portas” e desabafa: “Foi com este velho senhor que ao falar de tudo no fundo era do avô que falava que percebi o que significa descender das divindades, ter-se a mesma realidade imperecível. Mudo, à sua frente, aprendi japonês.”<sup>7</sup>

Ostantanto embora mais geografia e cultura, o segundo volume decorre do primeiro, que transporta *Conspiração, Assassinato, Sabre* da Manchúria (1931) e China (1937) a Washington e Macau, cidades para este efeito tributárias de Pearl Harbor e Lisboa. Apesar do silêncio inicial, ou talvez por causa dele, todos estes eventos foram objeto de investigações detalhadas, quase sempre acessíveis a quem não leia japonês. Na noite de 18 de Setembro de 1931, Morishima questiona a orientação do coronel Itagaki e logo o major Hanaya desembainha o

sabre dizendo “ninguém se mete com o comando supremo!”. Acredito que o primeiro volume também aborde a prisão em Zhengding em 9 de outubro de 1937 de um bispo e oito padres europeus, que depois foram queimados vivos, porque documentos oficiais de 13 de fevereiro de 1938 armazenados nos Arquivos diplomáticos de Nantes referem que “Morito Morishima, da embaixada do Japão em Pequim, informou Francis Lacoste, da Embaixada da França em Pequim, acerca dos resultados da investigação que o governo japonês fez, explicando medidas detalhadas e concretas que o exército japonês levou para proteger os missionários. Assim, o crime foi cometido por bandidos chineses e não por soldados japoneses”<sup>8</sup>

Quanto à declaração de guerra aos Estados Unidos, percebe-se o desconforto do cônsul em New York. Morishima aprova que Roosevelt tenha adotado uma política semelhante à que seguira para a Espanha quando a França se rendeu à Alemanha. “Após a rendição francesa, a Grã-Bretanha apoiou o movimento liderado por Charles de Gaulle, que fugiu para Londres, não reconheceu o governo de Vichy e atacou a força naval francesa em Dakar, no Norte (sic) de África. Pelo contrário, Roosevelt nomeou o contra-almirante William Leahy como embaixador junto do governo de Vichy e deu-lhe instruções para estabelecer relações amistosas com o marechal Pétain”. Pelo contrário, entende que Truman provocou, “sem necessidade, um endurecimento da posição soviética, dividiu o mundo em dois blocos e deixou-o sob a ameaça de uma terceira guerra mundial”<sup>9</sup>. É neste contexto que surge o terceiro caso, que pode ter perdido atualidade depois de visitas conjuntas dos líderes das duas nações a Hiroshima e Pearl Harbor, esta última no 75º aniversário do ataque.

Morishima afirma pois que a declaração de guerra foi entregue depois do ataque por incúria do conselheiro e primeiro-secretário da embaixada em Washington, que identifica através das iniciais “I” e “O” (respetivamente Sadao Iguchi e Katzuko Okumura). Reconhece que a sua última diligência junto de Shigeru Yoshida, Ministro dos Negócios Estrangeiros depois da capitulação e seu vice-ministro administrativo Shikao Matsushima no sentido de denunciar os dois responsáveis pelo atraso, não teve seguimento. A conclusão é amarga: “observando os jovens diplomatas que se bateram pela...condenação dos anglo-saxónicos e as suas declarações após a derrota do Japão, pode dizer-se sem margem para dúvidas que não passaram de uns simples oportunistas sem qualquer convicção”. Porém, no ano seguinte ao da publicação das memórias, Yoshida (cujo neto, Taro Aso é o atual Ministro das Finanças) assinou o pacto de segurança de San Francisco enquanto Primeiro Ministro e visitou Pearl Harbor em 12 de Setembro de 1951, visita discreta mas reveladora da rapidez com a qual queria virar a página. Mais, o tema da declaração de guerra ainda não está resolvido porque Takeo, filho de “I”, e ele próprio diplomata, encontrou nova documentação mostrando que a Marinha e a Força Aérea japonesa teriam interferido no processo diplomático<sup>10</sup>!

A “**maneira** imperial” aflora uma quarta vez, quando o autor insinua que a morte do consul Fukui em Macau fez parte do mesmo género de manobras das forças armadas que “lamenta profundamente”. Este último exemplo volta a sugerir a importância da China, visto que Morishima centra a crise diplomática entre o Japão e Portugal nos problemas em torno da administração daquele território, mais do que a de Timor – que o autor nem sonharia viesse a atingir a independência em luta contra a Indonésia!

Dada a saliência do assunto e a abundância das fontes, não resisto a citar um trabalho inédito de Carlos Teixeira da Motta (1941-1984), intitulado “A primeira e segunda invasões de Timor” e dos documentos britânicos que ele organizou, até por terem sido largamente citados<sup>11</sup>.

“Só em 1945, e após termos pretendido tomar parte na guerra ao lado dos Aliados para a recuperação de Timor, é conseguido a 17 de Agosto a concordância do Governo japonês em restaurar a soberania portuguesa na ilha. Ainda há que ultrapassar certas pretensões australianas, que não vêm com bons olhos o retorno de Portugal à sua vizinhança, mas finalmente entre 27 de Setembro e 7 de Outubro desse ano chegam cinco navios portugueses com tropas”. A esse respeito, Morishima adianta como foram resolvidos os detalhes das indemnizações: “enquanto trocávamos opiniões a nível não oficial relativamente à indemnização, inclusive ao montante e à maneira de proceder ao pagamento, a guerra chegou ao fim. No entanto..., o governo português estava inclinado a propor que esta indemnização fosse abatida nas indemnizações devidas pelo Japão a propósito dos actos que os seus militares tinham cometido em Timor”<sup>12</sup>.

Conclusão do diplomata português: “É possível que todo o incidente pudesse haver sido evitado e que, se não fosse a precipitação e nervosismo holandês, se tivesse evitado o envolvimento de Timor na guerra, com a conseqüente perda de vidas e alargamento do teatro de operações aliado...Não as teve (consequências de maior gravidade para o nosso país) devido à prudência dos governos envolvidos e à teimosa preservação da neutralidade portuguesa através de todas as tentações”.

Ainda assim, não se pode ignorar um espírito de solidariedade radicado em saudade e silêncio, as quais propiciam o convívio das duas culturas que se encontraram em 1543 e criaram a comunidade de Nagasaki: sofreu com a unificação política de 1603, mas prosseguiu, nos termos que foram vividamente retratados no romance com esse título, que inspirou um filme japonês em 1971 e americano em 2017, até ao edito de Sakoku em 1635<sup>13</sup>.

Impressiona a evocação de Takanabu Matsura, senhor de Hirado, que expulsou do seu castelo quatro concubinas que “constantemente se tomavam de ciúmes e brigavam entre si”. No segundo encontro com o padre Rodrigues, o inspetor Inoue compara Matsura ao Japão, especificando que “as mulheres neste caso chamam-se Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra”<sup>14</sup>.

Silêncio à parte, as memórias do embaixador do Japão em Lisboa, chegado de New York, onde foi preso depois do ataque a Pearl Harbor, num navio sueco, via Lourenço Marques, podem transformar-se em narrativa tonitruante, sendo *espião elogia ditador a troco de colónias* apenas um afloramento bem pensante do repúdio por uma sociedade onde “o sabre é quem mais ordena”. Nesse contexto, abordo a descolonização, quase consumada quando o autor morreu, sem porém bosquejar trabalhos referentes às dimensões ibérica, europeia e atlântica da nossa política externa nem recordar a minha própria tentativa de assentar uma ideia portuguesa da globalização nas pertenças europeia e lusófona dos cidadãos<sup>15</sup>.

Consciente das constantes e linhas de força da história diplomática a que quase todas as nações devem obedecer, para sobreviver enquanto entidades políticas, o autor adverte logo no prefácio para “o risco de a nossa pátria perder a independência e, por conseguinte, de

desaparecer”; confessa ficar “grato pela oportunidade que esta derrota de hoje pode representar para o renascimento da nossa nação”. Insiste que, na era Meiji, “a diplomacia tinha um objectivo claro e uma linha de orientação central e coerente: protecção da nação e revisão dos tratados de modo a garantir uma posição internacional digna”. E explicita: “Li recentemente as memórias escritas por Soemu Toyoda, antigo almirante da Marinha Imperial Japonesa, cujo título é *A História por trás da História da Conferência Imperial que Conduziu a uma Avaliação Errada* e encontrei uma passagem a propósito das manobras em relação à União Soviética: ‘Parece-me que o ministro dos Negócios Estrangeiros Togo considerou a necessidade de mudar de política drasticamente de modo a recuar ao estado antes da Guerra Russo-Japonesa...’ Encontrei algum consolo nestas palavras, pois senti que as minhas opiniões e súplicas não tinham sido totalmente em vão”<sup>16</sup>.

Ou seja, iniciado o primeiro processo de desenvolvimento económico sustentado fora do Atlântico norte, vencida a Rússia, a expansão militar na Ásia Oriental terminou na capitulação mas o Japão aderiu à OCDE, é fundador do G7 e líder mundial em longevidade, urbanização, produtividade, segurança e sustentabilidade. Terceira maior economia nacional do planeta (com cerca de um quarto do produto interno bruto americano e metade do chinês expressos em dólares), motor do desenvolvimento económico na Ásia Pacífico, o Japão, a par da Coreia e da China, colabora intensamente em grupos regionais como a Iniciativa Multilateral de Chiang Mei. Dito isto, é o único membro que ainda não organizou uma cimeira do G20, no qual a atual presidência alemã sucedeu à chinesa, a qual sucedera à Turquia.

Mesmo sem adivinhar que Timor lutaria pela independência contra a Indonésia, Morishima também apreciaria a projeção asiática da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, cuja cimeira de Dili, em 2014, acolheu como observadores Japão, Turquia, Geórgia e Namíbia, ou seja mais dois membros do G20. Também no grupo dos BRICS imperam três grandes potências asiáticas, o membro capital da CPLP e da África austral onde se encontram outras duas capitais da CPLP, Luanda e Maputo, fazendo sentido falar de lusofonia global<sup>17</sup>.

Meu pai, aliás, também se insurgiu contra o sabre à portuguesa: “A sociedade tinha mudado. O método revolucionário deixara de servir. O aviso português será percebido em toda a sua profundidade, doze anos depois, na Europa Oriental. (...) Afinal, tal como o 28 de Maio, o 25 de Abril também foi um movimento militar. A experiência política vinha de antes e afirmou-se depois. A arma militar é um instrumento, não é a essência do político.”<sup>18</sup>

Será que as políticas externas de “bons alunos” da ONU, atualmente dirigida por um signatário do tratado da CPLP, poderão animar esta a oriente e a ocidente, impedindo o desânimo de nações amigas e suas populações? Este signatário do tratado da União Europeia pensa que sim.

Praia das Maçãs, Domingo de Ramos de 2017

---

<sup>1</sup> Academia das Ciências de Lisboa; *Académie Royale de Belgique*; *Center for International Governance Innovation*; por acordo de 1992 entre o Ministério das Finanças e a Universidade Nova de Lisboa, fundou o atual Centro Globalização e Governança. Agradeço o apoio que recebi de outros amigos e familiares, nomeadamente o meu padrinho de casamento que facultou um manuscrito inédito de seu irmão que cito adiante no texto, irmã Branca, filho Jorge e nora Fumiko, que me forneceu elementos sobre os seus avós maternos, mencionados na nota 18 abaixo. Quanto a prefaciá-la esta tradução, resulta de encontros casuais com Takagawa-san no Grémio Literário,

onde também conheci a tradutora, o editor e sua filha Joana, vencedora do primeiro concurso do discurso em japonês realizado em Portugal, confirmando o (intraduzível) provérbio francês “le hasard fait bien les choses”. De resto, senti saudades juntar-se quando conheci Takagawa-san porque, em finais de Julho de 2015, o Instituto de Investigação Científica Tropical, que dirigira durante quase doze anos, passou para a Universidade de Lisboa. Lembro-me que ele contemplava o retrato de Alexandre Herculano, o que me chamou a atenção e não lhe escapou, pelo que os nossos olhares se cruzaram. Intuindo que era nipónico, cumprimentei-o em inglês e disse qualquer coisa sobre a figura marcante da historiografia portuguesa, fundador do Grémio e presidente da Academia das Ciências de Lisboa. Ele respondeu no seu excelente português que tinha estudado em Coimbra e sabia quem era o historiador! Combinámos voltar a ver-nos, o que aconteceu pouco depois no excelente Aron Sushi, bem perto da minha Faculdade onde o convidei a falar sobre BRICS e G20...

<sup>2</sup> O sabre (*gunto*) simboliza o império militar vigente durante as eras Meiji e Sowa. Ver Richard Fuller e Ron Gregory, *Military Swords of Japan 1868-1945*, Londres, 1986. A expressão do texto é atribuída ao Embaixador Nomura que negociou a renovação do acordo com os EUA em nome do MNE Matsuoko, a quem o autor chama de “ciclone” no título da seção 6. Relata que Shigeyoshi Obata, tradutor exímio destacado em Washington, “conhecido pelo seu carácter impulsivo”, vem a New York contar como se zangou com Nomura, que considera “demasiado medroso. Aconselhei-o que se não avisasse de maneira mais franca e insistente o governo japonês acerca da necessidade de retirar as tropas da China, não haverá acordo nestas negociações. O senhor embaixador respondeu-me que eu não devo conhecer a prerrogativa imperial do comando supremo”. E explica “esta postura de Nomura explica-se pelo seu passado militar e pela sua fidelidade ao *Tosuiiken* (o comando supremo do imperador), o que o impedia de ditar ordens a superiores hierárquicos” (pp. 70-72 abaixo).

<sup>3</sup> Morreu a 17 de fevereiro de 1975, um dia depois de ter feito 79 anos e foi enterrado em Kousoku-ji, Kamakura, perto de onde nascera. A informação sobre o autor disponível em <https://ja.wikipedia.org/wiki/森島守人> é mais compreensível na tradução inglesa do que na portuguesa.

<sup>4</sup> (p. 170) Defende a chamada Doutrina de Monroe mas insurge-se contra a sua adaptação nipónica para legitimar a “Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental” (p. 56, 161, 166). Ver George Blakeslee, “The Japanese Monroe Doctrine”, *Foreign Affairs*, Julho 1933, Vol. 11 Issue 4, p. 671 e, em adaptação chinesa, John Mearsheimer, *The tragedy of great power politics*, New York: W.W. Norton, 2001, p. 142. Quanto ao sabre, chama-lhe também “diplomacia imperial” (p. 164 e nota 2 acima). Lembre-se que o militarismo cresceu na curta era Taisho (1912-26), durante a qual o Japão aderiu à Sociedade das Nações donde sairia em 1933, já na era Sowa.

<sup>5</sup> (p. 152). “Desde a eclosão da guerra na Europa, o papel de Lisboa como uma ‘Janela para o mundo Ocidental e os EUA’ adquiriu muito mais importância e foi amplamente destacado tanto no contexto político internacional como sob o ponto de vista dos serviços de informações” (p. 90). Ainda menciona a pertença à NATO em 1949, ano anterior ao da publicação das suas memórias. António Augusto de Sampayo e Mello Barreto refere a sua entrega de credenciais em “Perfis de Chefes de Missão acreditados em Lisboa durante a II Guerra Mundial”, tese de mestrado no ISCTE-IUL, Outubro 2013, p. 40, mencionando na nota 141 que para o MNE português “parece ser mais difícil e duvidoso” do que o seu predecessor. Quanto à presença americana nas despedidas (loc. cit. nota 5 acima), Barreto destaca Henry Norweb que apresenta credenciais em finais de 1943 (p. 37 *in fine*, e não 1942 como se indica no topo da mesma).

<sup>6</sup> “Da Descoberta à redescoberta”, in *Japão 1543-1993 Diário de Viagem* preciosa edição em português, inglês e japonês do Centro Nacional de Cultura com aguarelas de Graça Morais, pp. 10-14. Encontrei informação adicional sobre o Padre Diego Yuuki citado *ibid.*, em Inês Carvalho Matos, *Património do Cristianismo no Japão*, Coimbra, 2015, p. 32 nota 5. De acordo com o diário de Alberto Vaz da Silva *ibid.*, p. 21, esta designação, que significa “bárbaros do sul”, veio a aplicar-se a todos os ocidentais.

<sup>7</sup> “Diário de Viagem”, cit. p. 23.

<sup>8</sup> O título é citado a p. 107 e 157. Takehiko Yoshihashi, *Conspiracy at Mukden The Rise of the Japanese Military*, Yale University Press, 1963 cita abundantemente o primeiro volume e menciona os nomes dos militares envolvidos e Ian Nish, *Japan's Struggle with Internationalism Japan, China and the League of Nations 1931-33*, Routledge, 1993 p. 24 resume “The military men felt that Morishima was challenging the sacrosanct military doctrine of *dokudan senko*, the army's right of independent decision in an emergency. One of the officers drew his sword on the consul to reinforce the message”. Quanto a 1937, ver [https://en.wikipedia.org/wiki/Zhengding\\_Missionary\\_Murder](https://en.wikipedia.org/wiki/Zhengding_Missionary_Murder)

<sup>9</sup> p. 118 e p. 147 respetivamente.

<sup>10</sup> p. 164. Conclui que nem por isso “se aplicaram as devidas sanções por esta falha de extrema gravidade” (p. 156). Num livro dedicado ao assunto, revisto e traduzido para inglês com o título *Between Incompetence and Culpability Assessing the Diplomacy of Japan's Foreign Ministry from Pearl Harbor to Potsdam*, United Press of America, 1997, Seishiro Sugihara refere essa diligência do autor na p. 100, enuncia os presumíveis culpados e também responsabiliza Yoshida na p. 154. Sobre os novos desenvolvimentos, *The New York Times*, “Pearl Harbor Truly a Sneak Attack, Papers Show”, 09/12/99; *The Japan Times* “Historian seeks to clear embassy of Pearl Harbor ‘sneak attack’ infamy” 09/12/14; *LA Times* “The U.S. military expected a Japanese attack in 1941 - but not in Hawaii”, 18/11/16; *The Japan Times* “Prime Minister Shigeru Yoshida's low-key Pearl Harbor visit in 1951 recounted”, 26/12/16.

<sup>11</sup> ver <https://timor2guerramundial.net/bibliografia-e-fontes/> e, em ordem cronológica inversa: António Monteiro Cardoso, *Timor na 2ª Guerra Mundial o Diário do tenente Pires*, CEHC ISCTE 2007 (recensão por Valentim Alexandre,

*Análise Social*, XLIII 2008 pp 197-201); Filipe Ramires, *Objectivo: Timor Portugal, Timor e a guerra no Pacífico (1941-1945)*, *Relações Internacionais*, Setembro 2006; Paulo Gorjão, “O Japão e Timor Leste”, *Nação e Defesa*, 2002; Jin Guo Ping Wu Zhiliang, “Terá havido acordos secretos entre Portugal e o Japão durante a Segunda Guerra Mundial? *Administração*, nº 51, 2001. Além do manuscrito sem data cuja p. 30 cito no texto, escreveu *O caso de Timor na II Guerra Mundial (Documentos britânicos)*, Lisboa: Instituto Diplomático do MNE, 1997 e *O ano de 1944 nas relações luso-britânicas*, Arquivo Histórico Diplomático, s.d. são citados em vários trabalhos sobre a diplomacia portuguesa durante a II Guerra Mundial (Bernardo Futscher Pereira, Filipe Ribeiro de Menezes, António José Telo, em ordem cronológica inversa) sem enumerar todas as sequelas da biografia que Franco Nogueira publicou entre 1977 e 1985.<sup>12</sup> (p. 106). Acrescenta que “foi através da complexa rede de comunicações entre Lisboa, Macau, Tóquio e Timor que se tentou estabelecer a comunicação” e que “o confisco de bens foi executado sobretudo por elementos da Embaixada dos EUA e com a máxima precisão”(p. 149). Também refere o secretário diplomático Shunichi Komine que servia de intérprete: “Oliveira Salazar elogiou bastante o seu domínio da língua portuguesa e reconheceu-lhe a sinceridade e o intenso trabalho.” (p. 103). O elogio chega ao escudo: “A prosperidade de que Portugal hoje usufrui resulta das medidas postas em prática ao longo dos vários anos de governação de Salazar. O povo português reconhece unanimemente o contributo das medidas de austeridade acertadas que impôs ao governar o país, e isto reflecte-se na boa cotação da moeda: o escudo português é reconhecido como moeda saudável a par do dólar dos EUA ou do franco suíço, embora Portugal seja um país pequeno.” (p. 110).

<sup>13</sup> *Diário de Viagem*, cit. passim, Armando Martins Janeira, *Portugal e o Japão* (excertos) s/d e tantos outros, a começar por Charles Boxer, oficial, espião e historiador que meu pai muito apreciava e sobre o qual vale a pena ler “The C.R. Boxer Affaire: Heroes, Traitors, and the Manchester Guardian” por Kenneth Maxwell, Council on Foreign Relations, 16 Março 2001. Esclareça-se que, a par do capitão da viagem ao Japão, o bispo foi o primeiro cargo de nomeação régia em Macau, uma localização ultraperiférica em relação ao Estado da Índia e nos antípodas de Lisboa, como lembra Kevin Carreira Soares na sua tese de mestrado, *Os Bispos de Macau (1576-1782)*, Ulisboa, 2015, p. 6 acrescentando que a viagem de ida e volta a partir de Goa levava cerca de dois 2 anos, pois era necessário esperar em Macau pela monção de sudoeste para partir para o Japão”, *ibid.* p. 16 nota 25. Ver ainda João Paulo Oliveira e Costa, “Em torno da criação do Bispado do Japão” em *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaios de História Luso-Nipónica*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, p. 129-157 e - “A route under pressure. Communication between Nagasaki and Macao (1597-1617)”. *Bulletin of Portuguese - Japanese Studies*. Nº 1, [2000], p. 75-95. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36100105>.

<sup>14</sup> Shusaku Endo, *Silence*, tradução de William Johnston, New York, 1969, p. 186. Note-se que Morishima equipara saudades a afecto, referindo explicitamente a sua falta por parte dos alemães ou italianos residentes nos EUA relativamente a “países sob regimes autoritários como a Alemanha nazi ou a Itália fascista de Mussolini” (p. 83).

<sup>15</sup> Em “Estruturas, Alianças e Regimes. As Relações entre Portugal e a Espanha (1926-1974)”, *População e Sociedade*, 2010 (disponível em [cepesepublicacoes.pt](http://cepesepublicacoes.pt)), Carlos Gaspar aborda as três dimensões de modo mais sistemático do que os autores citados na nota 11 acima. Dado partilhar com Morishima o gosto pela ironia, talvez possa citá-lo: “no que respeita às posições e políticas perante a guerra, notaram-se divergências fundamentais entre as duas nações que resultaram das diferenças entre o carácter pessoal e a visão do mundo de Salazar, um político com convicção, e os de Franco, um oportunista” (p. 115).

<sup>16</sup> p. 157 e p. 125. Entre outros comentários (como os da nota 12 acima), o autor afirma uns anos antes de ser eleito pelo Partido Socialista: “Ainda hoje consigo lembrar-me da imagem de Salazar, que enfrentou e lidou de maneira inteligente com a questão das relações muito sensíveis com o Japão. Sempre que recordo a época em que estive em Portugal, não consigo deixar de pensar que se tivéssemos tido pelo menos um político assim como ele, bastava um só, o nosso país teria avançado noutra sentida e não sofreria a triste sorte que está actualmente a atravessar” (p. 114).

<sup>17</sup> *Futuro e História da Lusofonia Global*, IICT, 2008, organizado pelo malogrado Miguel Jasmins Rodrigues (1948-2016). Ver em particular a “Nota Prévia” onde enquadro as comemorações do 125º aniversário do IICT salientando iniciativas no Arquivo História Ultramarino como “o seminário de Jay Levenson, autor de *Encompassing the Globe: Portugal and the World in the XVIth and XVIIth Centuries*, apresentou um resumo da notável exposição que, da Smithsonian Institution em Washington ao Palais des Beaux Arts em Bruxelas deu a conhecer a ‘primeira globalização’” bem como as consequências da crise financeira global e sua interação com a do petróleo e dos alimentos (pp. 11-18), o “Prefácio” de Lauro Moreira, então Embaixador do Brasil junto da CPLP, que historia admiravelmente o contributo do seu país desde a invenção pelo “Seu Cabral” (pp. 19-33) e 24 intervenções de historiadores do IICT, muitos dos quais foram integrados na Faculdade de Letras da Ulisboa em Julho de 2015. Podem ainda citar-se “China, Japão e lusofonia, ou a memória longa dos mercados financeiros” (pp. 179-80) que expande um artigo que publiquei no *Diário de Notícias* de 26/02/07 por aludir à constituição de uma comissão sino-japonesa de historiadores na primeira cimeira entre os dois países desde 2001 seguindo o exemplo do manual franco-alemão de história analisado por José Pedro Marques (pp. 167-69) e por mim próprio num artigo intitulado “Quem tem medo da história lusófona?”. Ver ainda “Lisbon meetings and global lusophonia rising, 25 years of Cooperation among Central Banks, Banco de Portugal, 2015, pp. 82-84 e o anúncio para o fim deste ano da exposição *Senhores do Oceano Tesouros do Império Português dos Séculos XVI\_XVIII* estará patente em Moscovo: <http://www.kreml.ru/en-US/exhibitions/moscow-kremlin-exhibitions/vladyki-okeana-sokrovishcha-portugalskovy-imperii-xvi-xviii-vv/>.

---

<sup>18</sup> “A Experiência Histórica Contemporânea”, 1994, reeditado em *Jorge Borges de Macedo Saber Continuar*, Instituto Diplomático, 2005, p. 76-7. Meu pai usava o exemplo do desenvolvimento económico nas suas aulas desde a década de 1960 e sabia que a minha curiosidade pela cultura nipónica começara na meninice. Quando Morishima foi eleito para a Dieta, Shunji, filho do Embaixador Sonoyama, era meu companheiro de carteira no recém inaugurado liceu francês de Lisboa. Embora o tenha perdido de vista, soube pela minha nora que os pais dele vinham de Kamakura - onde também vivem os pais dela. Mais, o bisavô materno estudou religião em Yale, onde eu próprio viria a aprender história económica japonesa com Hugh Patrick, atualmente professor em Columbia. A referência a Yale consta dos seus trabalhos publicados para circulação privada em 1971 pelo seu filho Ken, citados por Masao Ota e Georges M. Oshiro, “Mediator Between Cultures : Tasuku Harada and Hawaiian Japanese Intercultural Relations in the 1920s”, *The Hawaiian Journal of History*, vol 33, 1999, pp. 171-201 (respetivamente p. 502 e 174). Por fim, Harada foi encarregado de negócios em Vichy e primeiro embaixador na Santa Sé, [https://en.wikipedia.org/wiki/Ken\\_Harada\\_\(diplomat\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Ken_Harada_(diplomat)), quando Morishima estava em Lisboa!